



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Proteger os direitos e interesses laborais dos trabalhadores a tempo parcial

O Governo da RAEM, através da Lei das relações de trabalho e da Lei n.º 4/98/M - Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais definiu que os trabalhadores a tempo parcial gozam, proporcionalmente, de direitos laborais básicos, tais como o direito ao descanso, salário, indemnização rescisória, assistência médica e férias remuneradas, etc. Devido à natureza das actividades económicas de Macau, muitos sectores e diversos tipos de trabalho necessitam de muitos trabalhadores a tempo parcial, e como esse tipo de trabalho tem natureza temporária e é mais flexível para os residentes, muitos deles optam por este regime tendo em conta as suas necessidades. Com vista a salvaguardar eficazmente os direitos e interesses destes trabalhadores, o Governo procedeu a uma consulta pública sobre a criação de um “regime de trabalho a tempo parcial”, no entanto, devido à falta de consenso entre as partes laboral e patronal, o referido regime não foi implementado, portanto, mantém-se um vazio legal no âmbito do trabalho a tempo parcial, o que consequentemente, leva a que os direitos e interesses laborais desses trabalhadores não estejam eficazmente salvaguardados.

Com a mudança do ambiente laboral e da estrutura económica, muitos jovens trabalham a tempo parcial, no entanto, a longo prazo, se se mantiver esta forma de subsistência dos jovens isso vai influenciar o desenvolvimento da diversificação industrial e a formação de quadros técnicos especializados. O Governo implementou o “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho” e os planos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

“Emprego + Formação” para apoiar os jovens e recém-graduados na procura de emprego, e muitos deles participaram, só que a taxa de sucesso de contratação é baixa. A Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) afirmou numa sessão de interpelação oral que, desde o ano passado até Abril deste ano, foram lançados 32 planos específicos de “Emprego + Formação” e que participaram 425 pessoas, mas apenas 20 foram contratadas. Por outro lado, o número de postos para o “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho” tem vindo a diminuir de ano para ano, existindo para o presente ano apenas 850 vagas, portanto, efectuando uma comparação entre estes números e o número de jovens e recém-graduados, os postos de trabalho continuam a ser insuficientes. Estamos a aproximar-se do período de graduação, pelo que o Governo da RAEM deve, quanto antes, implementar medidas específicas para proporcionar mais oportunidades e apoios aos jovens, com vista a assegurar a estabilidade do mercado de trabalho.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Recentemente, numa sessão de interpelação oral, o Secretário para a Economia e Finanças afirmou que é necessário efectuar um novo estudo do “regime de trabalho a tempo parcial” tendo em conta a situação geral do emprego e a tendência do desenvolvimento socioeconómico. O trabalho a tempo parcial é uma das principais modalidades de emprego em Macau, sendo também uma tendência de emprego para o futuro. Assim, com vista a disponibilizar o mais rápido possível garantias laborais a este tipo de trabalhadores, o Governo vai ou não continuar a promover os trabalhos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

relativos ao “regime de trabalho a tempo parcial”?

2. O Governo tem promovido os planos de “Emprego + Formação” e o “Plano de estágio para criar melhores perspectivas de trabalho”, tendo estes planos surtido alguns efeitos, só que o âmbito destas medidas são limitadas e de curto prazo, por isso, não satisfaz as necessidades de emprego dos jovens e dos recém-graduados, ou seja, não é possível prestar um maior apoio aos jovens no acesso ao emprego. Assim sendo, com vista a dar mais oportunidades aos jovens e ajudá-los eficazmente, o Governo deve melhorar o conteúdo dos referidos planos, nomeadamente, alargar o âmbito de abrangência dos respectivos postos de trabalho e aumentar o número de vagas. Vai fazê-lo?

18 de Julho de 2025

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei